

O PERFIL DOCENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Tairê Mirela Santos Franzini

Resumo

No presente artigo fazemos uma breve reflexão sobre o perfil do professor, contido nas Políticas Públicas Educacionais. Nesse processo buscamos entender o significado de ser professor na sociedade contemporânea e sobre as demandas vinculadas à atividade docente. Para isso analisaremos algumas políticas públicas educacionais como PJJ, ProInfantil, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, Proinfo Integrado, e-Proinfo, Pró-letramento, legitimadas na última década, correspondentes às medidas adotadas na prática da política neoliberal no Brasil baseada em instituições mundiais como UNESCO, ONU, Banco Mundial, OMC. Será abordada a relação entre Políticas Públicas e Educação, o público e o privado: como as empresas privadas têm influenciado na determinação do perfil docente. Nessa ótica, no processo de desenvolvimento da qualidade da educação já não cabe o velho professor, o expositor, que não domina a tecnologia e não motiva o alunado, portanto há uma necessidade de reciclá-lo. Para sanar esse déficit o governo tem utilizado de pacotes educacionais que limita o professor, negando a importância de seu papel social historicamente construído.

Palavras-chave: Política Pública. Educação. Perfil Docente.

INTRODUÇÃO

A educação é produto histórico, as transformações que ocorrem em sua esfera dependem do contexto político, social e cultural mundial. O professor também detém esse poder de transformação, mas ao mesmo tempo ajuda a manter a sociedade vigente a partir de seu papel social. “A educação, enquanto reflexo, retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer”. (PIMENTA et al, 2002, p. 97).

Em relação aos problemas enfrentados pela classe dos professores, a maioria destaca que “sobre ele está o regime de hora-aula; com classes numerosas; e sendo obrigados a ministrar grande número de aulas semanais para compensar os baixos salários que ainda vigoram nos estados e municípios” (SAVIANI, 2007, p. 1249). Sanfelice (1966) somente concorda com a crise da educação brasileira à medida que se reconheça que não é ela especificamente, que se encontra em tal situação, mas basicamente a sociedade como um todo. Esse assunto tem se tornado redundante, já que

muito se tem divulgado sobre as condições da educação brasileira e principalmente dos professores, mas os problemas persistem. Eles vão resistindo e construindo sua identidade. Pimenta (1997, p. 7 apud SILVA, 2009, p. 04) salienta que a identidade,

[...] se constrói, pois, a partir da significação social da profissão [...] constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano a partir de seus valores, de seus modos de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida: o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos.

A identidade é entendida no sentido de dentro para fora o “ser professor/sentir-se professor”, portanto, a identidade é um conceito complexo envolvendo os fatores históricos, culturais e sociais. Nesse artigo o uso de perfil demonstra algo de fora para dentro “como deve ser”, ao utilizá-lo apropriamos do sentido empresarial que vai ao encontro das relações econômicas delineando um perfil profissional, como um modelo a ser seguido.

O estigma amplamente divulgado pelos meios de comunicação sobre a realidade da sala de aula tem levado ao desinteresse pela profissão: apenas 2% dos estudantes do Ensino Médio têm como primeira opção no vestibular as graduações diretamente relacionadas à atuação em sala de aula - Pedagogia ou alguma licenciatura (RATIER; SALLA, 2013). A dicotomia entre realidade e utopia dessa carreira traz confusão sobre a função do professor, como afirma Gimeno Sacristán (1991 apud SILVA, 2009, p. 01):

[...] encontra-se em permanente elaboração e depende diretamente das relações e dos contextos sociais nos quais a comunidade docente se encontra. A dificuldade de definição das atribuições do professor acaba por levar à incorporação de uma multiplicidade de tarefas que, muitas vezes, ultrapassam a função docente, fugindo de seu alcance e caracterizando atividades próprias de profissões ou ocupações distintas das do magistério. Todo esse contexto, como salientam Esteve (1999) e Lourencetti (2004), dificulta e emperra o trabalho e o ‘ânimo’ dos professores, o que, conseqüentemente, interfere na imagem que eles próprios e a sociedade possuem do profissional docente.

Na identidade do professor, construído até aqui, destaca-se a questão de gênero; historicamente, a profissão esteve ligada ao feminino pela própria característica do cuidado e da função materna atribuída à mulher. Segundo Bruschini e Amado (*apud* MATTOS, 2013, p. 2):

[...] o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente, influenciadas por essa ideologia, as mulheres desejam e escolhem essas ocupações, acreditando que o fazem por vocação; não é uma escolha em que se avaliam as possibilidades concretas de sucesso pessoal e profissional na carreira.

No Brasil, os indivíduos com baixo rendimento acadêmico e com perfil socioeconômico mais baixo são atraídos para cursos de formação de professores (LOUZANO et al, 2010). Aqueles que tiveram mais oportunidades na Educação Básica e se destacaram, certamente, não optam pela carreira docente, geralmente o fazem na educação superior como um complemento à sua jornada de trabalho. Em segundo lugar, a questão salarial é justificativa do desinteresse profissional, uma vez que não há um consenso sobre o piso salarial nacional, mesmo tendo sido definido pela Lei nº 11.738/2008, a maioria dos estados brasileiros reluta nessa decisão. Além disso, o professor leva muito trabalho para casa, sempre multiplicando a jornada diária.

Atualmente a docência passa por um processo de burocratização: são inúmeros papéis a serem preenchidos, a começar por um minucioso planejamento de aulas e com prazos rígidos a serem cumpridos, o que se repete em diários de classe, relatórios de notas, relatórios de alunos com necessidades especiais, avaliações condizentes com as avaliações nacionais padronizadas, relatórios referentes ao uso de novas tecnologias etc.

O que ainda atrai esse profissional é a promessa de que o professor não fica desempregado, além da possibilidade de estabilidade no funcionalismo público. Para sanar a falta de mão-de-obra o governo oferece licenciaturas com menor tempo de duração, ou cursos à distância, e a facilidade de completar a formação em disciplinas afins à primeira graduação. A formação ainda carece de laboratórios, e o estágio assistido também não prepara o graduando para ministrar aulas e encarar a realidade da sala de aula. Tudo isso compromete a qualidade das licenciaturas no Brasil e, ainda não tem sido suficiente para sanar a falta de professores.

Em meio a esse panorama, crise real ou não, refletimos a respeito do perfil do professor formulado no discurso neoliberal, base das políticas públicas educacionais da primeira década do segundo milênio.

1. UM PROJETO DE PROFESSOR

A política Neoliberal tem pensado o espaço escolar a partir das novas exigências do capital e influenciado a formulação do perfil do professor do novo milênio, assim a força de ação do professor tem se restringido à lógica do mercado. Já dizia Althusser (1983) que a escola é um aparelho ideológico do Estado. Para além de um exército de mão-de-obra reserva, hoje os trabalhadores deverão ser empreendedores, cidadãos clientes; polivalentes, para tal “a educação sofre uma resignificação e adquiriu um caráter mercantil constituindo-se numa nova área de investimento para o capital, o que vai intensificar o processo de privatização e a transformação da educação como mercadoria” (TONET, 2007 apud PAIVA et al., 2011, p. 142). À medida que se afirma uma crise da educação, podemos nos perguntar se tal crise não faria parte do jogo de poder atual? Dessa forma, no discurso Neoliberal, os professores são culpados pela péssima qualidade dos serviços educacionais “eles trabalham pouco e não se atualizam, são preguiçosos”. (GENTILLI, 2013 p. 04).

Os alunos também não se esforçam e o Estado tão pouco consegue administrar com eficiência, sendo necessário que as organizações mundiais, reguladoras do comércio, da paz, da guerra e do meio ambiente, deem as coordenadas para superar a situação catastrófica da educação dos países subdesenvolvidos. São exemplos dessas instituições reguladoras mundiais: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, em consenso “o professor passa a ser o recurso mais importante do estabelecimento escolar, estando, por isso, no centro das preocupações daqueles que visam melhorar a qualidade do ensino” (MAUÉS, 2011, p.79)

De um lado, o Estado Neoliberal ressalta a necessidade de professores cada vez bem mais formados, motivados e atualizados, de outro lado, retira a autonomia pedagógica dos professores com sua política autoritária.

Numa democracia de dentro para fora dos muros da escola (FREIRE, 1989) a comunidade escolar deveria decidir muito além do cargo de diretor, decidir o que se faz necessário para a transformação da realidade de alunos de um dado contexto. Ao contrário disso a “democracia” neoliberal, se é que podemos relacionar o termo democracia a neoliberalismo, devem ser oferecidos, a nível nacional, pacotes eficientes programados por especialistas, principalmente da área de exatas para calcular o custo-

benefício e reduzir os gastos, bem como treinar os professores e gestores como em uma linha de produção.

De sua parte, as propostas político-educacionais têm apenas criado condições que resultam em soluções paliativas, que não colocam no horizonte da qualidade escolar um projeto de revisão pedagógica coerente com o momento histórico (KRAWCZYK, 2009, p.766), as políticas públicas deveriam partir do pressuposto que os mesmos caminhos não podem levar a resultados diferentes; para alcançar a qualidade não basta, por exemplo, realizar formações continuadas baseadas em palestras sobre *bullying*, planejamento escolar, avaliação etc. pois continua-se a se afirmar métodos padronizados que não consideram as particularidades de cada escola e a prática diária, se um professor tem dificuldade de relacionamento com sua turma não significa que ele não domina o conteúdo, e essas questões devem ser muito bem esclarecidas.

“Esse professor deve estar sempre atualizado, se reciclar, aprender tudo a respeito do universo tecnológico, para isso investe-se muito em formação continuada, essas por sua vez não condizem com os desafios contemporâneos” (KRAWCZYK, 2009, p.765).

“Segundo os neoliberais não faltam professores, faltam professores mais qualificados”. (GENTILLI, 2013, p. 04). Portanto, a Universidade não tem dado conta de qualificar docentes para as exigências atuais, o capital então deve interferir, mas qual o objetivo do mercado em “ajudar” nas questões sociais?

O novo professor:

Está sempre atualizado com o que há de mais moderno

Sabe utilizar a tecnologia para melhorar a aprendizagem

Admite não ter todas as respostas

É parceiro do aluno e aprende com eles

Continua mantendo a autoridade, sem ser autoritário

“Foi se a época do giz branco e do quadro-negro. Hoje, os educadores contam com muitos equipamentos tecnológicos à disposição. (BRISA et al, 2013).

Infelizmente o giz branco ainda persiste e a minoria das escolas possui tecnologia suficiente para tamanha transformação, portanto, recomenda:

No Brasil, há cerca de 1.800.000 professores. Não são 1.800.000 heróis. São trabalhadores que querem fazer um bom trabalho e não podemos exigir que sejam todos santos, militantes, heróis. No Brasil, nós – digo nós porque vivo aqui agora e compartilho suas preocupações e alegrias – devemos trabalhar mais com a realidade da escola brasileira e não com o que deve ser uma escola ideal. (CHARLOT, 2010, p. 06).

Em meio à nova fase do capitalismo, exige-se uma nova educação, mas “muitas escolas brasileiras estão em situação material que é do século XIX”. (IBDEM, 2010, p. 06). Persiste a escola moderna pensada por Comenius no século XVI. No período citado o professor era o artesão, aquele que detinha o saber interdisciplinar baseado em conhecimentos humanos bebidos direto da fonte. No período manufatureiro, a instituição escolar foi criada para atender às necessidades sócio históricas de ensinar “tudo a todos”, assim o saber passou a ser fragmentado como num processo de produção, e o professor restringiu seu saber a uma das áreas do conhecimento ou das partes do processo.

Todo aquele saber acumulado historicamente foi resumido, resumido até caber no material didático. O professor, detentor do saber deveria transferir o conhecimento de sua área utilizando o recurso didático. Com o passar do tempo, o livro didático tornou-se o guia de ensino, direcionando a educação na maioria dos casos. “As atuais editoras de livros didáticos, que dominam o mercado brasileiro, ao lado dos investidores financeiros por trás de Universidades privadas, são protagonistas da inserção do Brasil, no setor da Educação, na economia globalizada” (CASSIANO, 2004, p. 8), isso delimita outra característica do professor contemporâneo, estar distante da pesquisa.

Enquanto o professor era aquele que detinha o saber mais completo/universal, baseado em dados sólidos dos escritores renomados, com incrível capacidade de memória, sabendo um pouco de tudo, ele tinha um *status* social de maior prestígio. Contemporaneamente com a Revolução Científica Global, quem tem todas as informações são os meios de comunicação, bem como a rede de *internet* que interliga o mundo. Uma vez informados sobre tudo o que está acontecendo se desvaloriza o profissional que costuma saber somente sobre uma área isolada do conhecimento. O professor fica limitado nesse processo, e geralmente quando questionado sobre outros temas além daqueles da sua especificidade aconselha o aluno a questionar o professor responsável por outra área do saber e perde credibilidade.

Evidentemente, esse modelo definiu um perfil de professor cujas habilidades em eloquência se sobrepunham à rigorosa formação científica que contemplasse, de forma articulada, os conteúdos da área específica e da educação. De posse de um bom livro didático, e com alguma prática, tudo estaria resolvido. A sua formação, portanto, até podia ser em outras áreas profissionais correlatas à disciplina a ser ministrada, ou complementar ao bacharelato, contemplando umas poucas disciplinas, pois era suficiente compreender e bem transmitir o conteúdo escolar que compunha o currículo, e manter o respeito e a boa disciplina, requisitos básicos para a atenção, que

garantiria a eficácia da transmissão. A falta de especificidade contribuía para a falta de identidade do professor (KUENZER, 1999, p. 168).

Esse professor, ao concorrer com as tecnologias da informação, perde em larga medida, porque a mídia, a internet, as revistas, etc. divulgam acontecimentos em tempo real. Descartemos os professores? Essa questão pode ser respondida se refletirmos sobre a função da educação. A escola/professor não tem como função transmitir informações e sim produzir/refletir acerca do conhecimento. Dessa forma, os sistemas de ensino *online* ou vídeo aulas, adotadas em algumas realidades, assumem o papel de transmissor de informações. Na informação,

[...] os dados estão organizados dentro de uma lógica, de um código, de uma estrutura determinada. Conhecer é integrar a informação no nosso referencial, no nosso paradigma, apropriando-a, tornando-a significativa para nós. O conhecimento não se passa, o conhecimento se cria, se constrói. O alunado se torna receptor por não poder dialogar e formar sua própria visão de mundo, portanto quando se investe em tele aulas está se desconstruindo o ideal de professor que vem sendo divulgado pelas políticas públicas para educação (MORAN, 2013).

No discurso dominante sobre a profissão docente minimiza-se o papel do professor na sociedade, como se qualquer um, com ou sem formação, tivesse a capacidade de exercer a docência. “Esse ideário faz parte de um senso comum disseminado que sustenta que basta dominar o conteúdo para reunir em si condições suficientes para ser dele um transmissor e que, nesse contexto, ensinar é dizer um conteúdo a um grupo de alunos reunidos em sala de aula”. (PIMENTA, 2002, p. 142). Essa afirmação é reducionista se considerarmos os objetivos da educação destacando a produção de um saber escolar, ou seja, sistematizar um saber social, histórico e cultural milenar e transformá-lo dando significado para atender a objetivos reais, “onde estaria o reconhecimento de que os professores não se limitariam a executar currículos, senão que os elaboram os definem e os reinterpretem com base no que pensam, creem, valorizam, conforme as conclusões das pesquisas?” (PIMENTA, 2002, p. 133). No documentário “Pro dia nascer feliz” o diretor João Jardim utilizou depoimentos de professores dos diferentes estados para nos dar uma visão mais consistente sobre o educador brasileiro. No ponto de vista da professora Celsa

[...] ser professor, e tá envolvido mesmo com a profissão, com eles, com os alunos e tal, é uma carga física e mental muito grande, é mais que o ser humano pode suportar, porque é muito psicológico sabe, é.. eu faço terapia uma vez por mês, eu tenho que ir no psiquiatra porque num dá, porque você se envolve com os problemas deles e nem sempre você tem um retorno. Às vezes você entra numa sala de aula e você é mal recebido, porque o professor ainda é visto pela maioria dos alunos como o inimigo né, então existe um abismo muito grande ainda entre o professor e o aluno, professor e diretor (LOPES apud JARDIM, 2007).

Podemos afirmar que os professores vêm cumprindo exigências que chegam de cima para baixo de acordo com as relações de poder e sem o hábito de consultá-los. Na maioria não há posicionamento do profissional orgânico, aproveitando-se dessa brecha os empresários têm decidido que o professor deve:

[...] ser capaz de, apoiando-se nas ciências humanas, sociais e econômicas, compreender as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, construindo categorias de análise que lhe permitam apreender as dimensões pedagógicas presentes nas relações sociais e produtivas, de modo a identificar as novas demandas de educação e a que interesses elas se vinculam. Ou seja, compreender historicamente os processos de formação humana em suas articulações com a vida social e produtiva, as teorias e os processos pedagógicos, de modo a ser capaz de produzir conhecimento em educação e intervir de modo competente nos processos pedagógicos amplos e específicos, institucionais e não institucionais, com base em uma determinada concepção de sociedade (KUENZER, 2011, p. 684).

Para esse fim, o Ministério da Educação possui vários programas em andamento como [Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa](#), [ProInfantil](#), [Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor](#), [Proinfo Integrado](#), e-[Proinfo](#), [Pró-letramento](#), Gestar II, entre outros. A maioria deles focam na formação continuada.

2. O QUE DIZEM ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE O PROFESSOR?

No atual contexto brasileiro, várias políticas foram implantadas no âmbito da educação. A partir da análise de alguns documentos básicos dessas políticas não há omissão das condições de trabalho dos professores e das dificuldades relacionadas à profissão. As políticas colocam o professor no centro do debate em uma chamada “valorização dos profissionais da educação pública e privada em sua formação inicial e continuada, carreira, salário e condições de trabalho” (CONAE, 2010, p. 26). Essa

valorização considera as atitudes dos estudantes em reconhecer a importância do trabalho docente, quanto maior a capacitação do professor, maior será o seu reconhecimento perante os alunos.

A Conferência Nacional da Educação – CONAE foi realizada em 2010 para que se definissem as diretrizes do Plano Nacional da Educação - PNE, que estabeleceu 20 (vinte) metas para melhorias na educação que devem ser cumpridas nos próximos 10 (dez) anos. Nessa conferência reiterou a importância da participação docente “na elaboração e na implementação de planos estaduais e municipais de educação, de planos institucionais e de projetos pedagógicos das unidades educacionais, assim como no exercício e na efetivação da autonomia das instituições de educação básica e superior” (CONAE, 2010, p. 40). Essa participação permite a construção da autonomia intelectual para um exercício mais qualificado, o que não é algo para ser resolvido por meio de punição ou de premiação, as políticas

[...] devem estimular a motivação, a satisfação com o trabalho e a identificação dos/das professores/as com a instituição educativa (como local de trabalho), de modo associado à formação inicial e continuada, bem como à estruturação de planos de carreira compatíveis com os/as profissionais da educação (CONAE, 2010, p. 51).

Para o ensino médio integrado e a educação profissional há uma proposta de construção coletiva do projeto político-pedagógico e do currículo, ou seja, algumas políticas estão propondo a reflexão docente, valorizando a prática e assumindo um caráter humanista (FREIRE, 1996) do ato de educar, rompendo com a inércia da profissão.

Em meio a essas políticas a expressão chave é “Formação Continuada”, afirma-se que formação e valorização profissional são conceitos indissociáveis. Os documentos norteadores das políticas públicas destacam a importância da formação continuada, especialização de acordo com a etapa a ser atingida: Ensino de Jovens e Adultos, Ensino Médio, Ensino Profissionalizante, Ensino Indígena, Ensino Quilombola, Ensino voltado à alfabetização, Ensino Superior etc. cada qual deve estar acompanhado de devida formação, primeiramente, a de nível superior, e capacitação para lidar com as diferenças, de forma objetiva. Esse ideal condiz com o da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE:

Tanto a formação inicial, quanto a formação em serviço são importantes, devendo ambas possibilitar uma sólida formação teórica e prática da especialidade do professor (leitura, matemática, história), e os conhecimentos e as competências pedagógicas necessárias para transmitir seu saber de uma forma bem didática, motivar os alunos, avaliar o progresso da aprendizagem e adaptar o ensino às necessidades de cada aluno (MAUÉS, 2008, p. 78).

Há também o foco nas tecnologias, pois se propõe a disseminação do seu uso para todos os atores envolvidos no processo educativo, com ênfase nos professores/as e estudantes. O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II – objetiva contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor na sua prática pedagógica, permitindo ao professor o desenvolvimento de um trabalho baseado em habilidades e competências em Português e Matemática. Já o Programa Emergencial de Formação Para Professores em Exercício Na Educação Básica Pública -PARFOR UEL - proposto pelo MEC em regime de colaboração com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), oferece cursos de Licenciaturas destinados a professores efetivos da Educação Básica Pública. Nos cursos de licenciaturas já estão disponíveis bolsas para o ingresso e permanência com o intuito de incentivar os estudantes. Essa preocupação gerou um Plano chamado de Emergencial para sanar as áreas com carência crítica: as exatas. “Aí está um dos elementos da questão analisada: o desenvolvimento de políticas para *atrair* pessoas para se tornarem professores” (MAUÉS, 2008, p. 80).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos afirma que,

[...] a participação de professores em programas de formação continuada poderá favorecer a compreensão de sua função como mobilizadores das famílias, acolhendo-as nas eventuais participações junto ao projeto da escola, de modo a consolidar participações mais sistemáticas e qualificadas no processo educacional (PROEJA, 2007, p.46).

Ao tratar de um projeto de desenvolvimento socioeconômico do estado brasileiro destaca-se a necessidade de uma “Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio”, nessa política os professores são chamados à responsabilidade social de modo a contribuir criticamente com vários setores. Entre eles, das políticas de ciência e tecnologia, de geração de emprego e renda, de desenvolvimento agrário, de saúde pública, de desenvolvimento da indústria e do comércio.

A saúde profissional está sendo requerida também com as Políticas Públicas de prevenção e atenção a síndromes como de Burnout, para garantir integridade física,

mental e moral desses profissionais. Cuidar da saúde do professor é positivo para sanar o déficit causando por inúmeras licenças e readaptações, a melhora da qualidade de vida pode resultar ainda num atrativo à profissão.

Dentro da “cultura da avaliação” não tão somente os alunos devem passar pelos processos avaliativos, mas a formação e a ação dos docentes “a avaliação e a recompensa do professor eficaz parece ser uma das medidas mais importantes para a OCDE. A necessidade de realizar avaliação periódica dos professores deve ser considerada como parte integrante da rotina desse profissional” (MAUÉS, 2008, p. 82). A avaliação diagnóstica, somatória e formativa, identificará, por exemplo, lacunas na formação inicial, passíveis de serem sanadas pelo desenvolvimento de um programa de formação continuada; assim como poderá identificar, também, potenciais específicos em determinados docentes a serem alvo de aproveitamento na escola, seja em encontros pedagógicos semanais de coordenação pedagógica, sejam no âmbito do próprio sistema de ensino.

A Secretaria de Educação de São Paulo objetiva posicionar a rede de ensino entre os 25 melhores sistemas de educação do mundo até 2030. Para isso produziram um documento intitulado Reorganização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em 2012, mas consideram que não se muda a escola mediante novas leis ou a inovação é criada na própria escola ou então, vinda de fora, deve vir acompanhada de mecanismos que permitam ser ela apropriada pelos professores e reconstruída no seu contexto. Dentre os princípios básicos para a consecução da Reorganização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (SED/SP, 2012, p. 137-8), “O rendimento do aluno não depende, simplesmente, do trabalho docente; o professor não pode ser apontado como o grande culpado das mazelas da educação;”. As Políticas Públicas implementadas nessa década parte dos princípios norteados por discussões e consensos presentes em documentos brevemente analisados aqui, estabelecendo novas práticas docentes que devem ser acompanhadas de mudanças estruturais na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como nenhum currículo é neutro e assume um projeto cultural de grupos hegemônicos de um dado contexto, o perfil docente é um conceito em aberto e está recheado de discussões sobre quem deve ser este professor? Como ele deve agir? Em

meio à ambiguidade da profissão docente, ora é discriminado devido à sua formação incompleta – menor se comparada às outras graduações e sem estágio prático – e também quando pensada através de um discurso da facilidade, identificando o professor como um transmissor de conteúdos e possuidor de uma ferramenta facilitadora - o livro didático. O professor tem sido um culpado em destaque pela falta de qualidade da educação brasileira.

De outro lado, nas Políticas Públicas Educacionais, ele é colocado no centro do discurso de transformação social com ênfase na educação, tem a função de preparar o trabalhador para a sociedade do conhecimento. O novo perfil, difundido pelas Políticas Públicas, contempla o de polivalente, motivador, que transforma informação em conhecimento; graduado e pós-graduado; atualizado; especializado na área em que leciona, com o hábito de refletir sobre a prática e construir currículos de acordo com a realidade em que se insere; é avaliado constantemente para provar sua capacidade ou se apresentar disposto à reciclagem profissional.

Entendemos que as Políticas Públicas Educacionais da última década são baseadas nos parâmetros internacionais divulgados por instituições mundiais lideradas por países desenvolvidos, portanto há um projeto cultural educacional voltado para os países subdesenvolvidos. Com objetivos de transformar a qualidade da educação à eficiência da melhoria econômica do país, é preciso investir em educação, esses investimentos têm surgido tanto de empréstimos de órgãos como Banco Mundial ou empresários nacionais que diminuem impostos ao manter determinados projetos. Mais do que uma ajuda social, essa prática está arraigada em relações econômicas globais.

O professor como agente educativo, peça chave no processo de aprendizagem que perpassa a mera transmissão, deve assumir uma responsabilidade maior em relação à conquista da qualidade da educação e mudar o seu perfil profissional. Entendemos que só carece de mudança aquilo que não condiz com os resultados esperados, portanto o perfil do docente construído historicamente é insatisfatório perante as novas exigências do mercado, as Políticas Públicas Educacionais estão focadas na formação inicial e continuada. A valorização profissional pode estar atrelada à atração de jovens para a atividade docente.

Entender a crise da educação relacionando diretamente a grande crise social acaba por nos distanciar de soluções palpáveis, esperar resolver os problemas gerais da sociedade para mudar a realidade da escola é uma solução que não devemos fazer uso. O docente deve assumir a reflexão do seu papel e do seu fazer profissional, construir a

autonomia diante do perfil necessário e ainda utilizar beneficemente das formação continuada, denunciando o que elas ainda carecem.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, Caio; BARBOSA, Kleyson; BARRUCHO, Luís Guilherme; KRAUSE, Sofia. Escola do futuro. **O papel do professor: guiar o aprendizado**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/imagem/professorantenido.jpg>>. Acesso em: 23 out. 2013.

CHARLOT, Bernard. Desafios da educação na contemporaneidade: reflexões de um pesquisador. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 147-161, 2010.

FONSECA, Olga Maria; PEDRO, Fabio costa. Apostila: Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial. Minas Gerais: CP1 – UFMG, 1995. In: CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Mercado de livro didático no Brasil**. Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/ceciacristinacassiano.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2011.

FREIRE, Paulo. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.

KRAWCZYK, Nora Coulon. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**. v.41, n. 144, p. 752-769, set./dez. 2011.

KUENZER, Acacia Zeneida. **As políticas de formação: a constituição da identidade do professor sobrance**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a09v2068.pdf>> Acesso em: 11 out. 2013.

_____. **A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a04v32n116.pdf>> Acesso em: 11 out. 2013.

LOUZANO, Paula; ROCHA, Valéria; MORICONI, Gabriela Miranda; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Quem quer ser professor? Atratividade, seleção e formação docente no Brasil. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 21, n. 47, p. 543-568, set./dez. 2010

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Em busca de um novo educador para uma nova educação**. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/educador.pdf>> Acesso em: 11 out. 2013.

MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias**. Disponível em: <<http://www.divertire.com.br/educacional/artigos/9.htm>> Acesso em: 11 out. 2013.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação? **Educação**. Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 75-85, jan./abr. 2011.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léia. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRO DIA NASCER FELIZ. Produção de João Jardim. Rio de Janeiro: Copacabanas filmes e produções, 2007. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=g5W7mfOvqmU>> Acesso em: 10 jun. 2013.

SILVA, Eliane Paganini da; LEITE, Cilene Ribeiro de Sá. **Tomada de consciência da crise de identidade profissional em professores do ensino fundamental**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/viewFile/581/465>> Acesso em: 11 out. 2013.

RATIER, Rodrigo; SALLA, Fernanda. Ser professor: uma escolha de poucos. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/carreira/ser-professor-escolha-poucos-docencia-atratividade-carreira-vestibular-pedagogia-licenciatura-528911.shtml>> Acesso em: 25 out. 2013.